

BOAS PRÁTICAS

A velocidade das retratações

Cancelamentos de artigos científicos maculados por erros, fraudes ou plágio nunca foram tão frequentes como nos últimos 10 anos. Da mesma forma, o processo de identificação e retratação desses artigos nunca antes ocorreu de forma tão veloz. A conclusão é de um estudo publicado no mês passado na revista *PLoS One*, assinado por três pesquisadores norte-americanos. O grupo examinou 2.047 artigos retratados que haviam sido indexados no PubMed, banco de dados com a literatura da área biomédica publicada a partir de 1966. De 2003 a 2012, 1.333 artigos foram retratados, diante de 714 artigos de 2002 para trás. Este aumento, dizem os autores, é maior do que o esperado quando se leva em conta o crescimento da produção científica mundial. O que chamou a atenção foi o tempo gasto para o reconhecimento da falha e a conseqüente remoção do artigo. Na média geral, os artigos demoraram 32,9 meses para serem retirados. Entre os 714 artigos publicados antes de 2002, as retratações demoraram 49,82 meses. Já entre os de 2003 a 2012, o processo durou apenas 23,82 meses.

Segundo Grant Steen, pesquisador de uma empresa de consultoria em comunicação médica e autor principal do estudo, não foi possível delimitar se a tendência reflete um aumento na publicação de artigos defeituosos ou o crescimento no rigor para identificar problemas nos manuscritos. Mas é possível inferir, de acordo com o estudo, que diminuíram as barreiras que dificultavam a identificação de problemas. Entre 1972 e 1992, 46% dos artigos cancelados foram escritos por autores que tinham apenas uma retratação no

currículo, ou seja, que não cometeram erros ou fraudes em série. Já entre 1993 e 2012, esse tipo de autor foi responsável por 63,1% dos artigos removidos, um sinal de que o esquema para detectar casos de má conduta está funcionando bem.

O estudo observa que as razões para cancelar um artigo vêm se sofisticando. Embora a base PubMed reúna a literatura biomédica desde os anos 1960, o primeiro artigo retratado saiu publicado em 1973 e foi cancelado em 1977. Os primeiros casos de fraude e plágio remontam a 1979 e o primeiro manuscrito suspenso porque se tratava de informação duplicada foi divulgado em 1990. Atualmente, observa o estudo, a descoberta de um caso de má conduta cometida por um autor leva à reavaliação de toda a sua produção científica. Steen prevê



uma redução no número de retratações nos próximos anos. Para que isso aconteça, diz, os periódicos científicos devem seguir identificando com rigor erros, fraudes e plágio em artigos científicos, e punindo seus autores.

Punição atenuada

O bioquímico norte-americano Phillippe Bois, que foi considerado culpado por má conduta científica em 2011 e perdeu o direito de pedir verbas federais para pesquisa por três anos, recorreu à Justiça e conseguiu reduzir o rigor da punição que recebeu do Escritório de Integridade Científica dos Estados Unidos (ORI, na sigla em inglês). Segundo investigação do órgão, Bois publicou uma imagem falsificada num artigo no *Journal of Cell Biology* e divulgou informações adulteradas num *paper* no *Molecular and Cell Biology*. Ele argumentou que foram erros involuntários, não fraude. Depois de ser punido, pediu uma audiência no Departamento de Saúde. Mas, como não apresentou fatos novos,

a audiência foi negada. Recorreu à Justiça e obteve uma decisão que lhe garantia uma nova chance de se defender. As duas partes conversaram e chegaram a um acordo. Bois comprometeu-se a não recorrer contra o resultado da investigação do ORI. E a punição foi amenizada. Ele pode voltar a pedir recursos federais para projetos, mas, se o fizer, sua instituição terá de certificar que os dados são legítimos. Seu trabalho será supervisionado pelos próximos três anos. “Estou feliz por poder levar minha carreira adiante”, afirmou Bois, num comunicado. Segundo ele, o acordo sinaliza que a punição era severa demais e poderia não se sustentar na Justiça.